

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

AS LUTAS DAS MULHERES INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: uma revisão de literatura à luz de María Lugones

LAS LUCHAS DE LAS MUJERES INDÍGENAS EN AMÉRICA LATINA: una revisión de la literatura a la luz de María Lugones.

Mariana Corrêa Soares Muniz¹

RESUMO

Neste artigo tenho o objetivo de analisar as produções acadêmicas mais citadas e baixadas sobre mulheres indígenas, suas lutas, movimentos de resistência e transformação à luz do feminismo decolonial de María Lugones. O objetivo é examinar os discursos científicos que vêm sendo engendrados e acessados sobre a temática e como estes se relacionam com as categorias, colonialidade de gênero, coalizações e múltiplas opressões.

Palavras-chave: movimento de mulheres indígenas, feminismo decolonial, María Lugones.

RESUMEN

En este artículo, mi objetivo es analizar las producciones académicas más citadas y descargadas sobre mujeres indígenas, sus luchas, movimientos de resistencia y transformación a la luz del feminismo decolonial de María Lugones. La intención es examinar los discursos científicos que han sido creados y accesados sobre el tema, y cómo estos se relacionan con las categorías de colonialidad de género, coaliciones y múltiples opresiones.

Palabras clave: movimiento de mujeres indígenas, feminismo decolonial, María Lugones.

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre e Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política – GAEP/CNPq.

1 INTRODUÇÃO

A luta das mulheres indígenas na América Latina é um fenômeno que cada vez mais tem desafiado as estruturas de poder historicamente enraizadas. Neste artigo, proponho uma análise crítica de produções acadêmicas que tratam das experiências e movimentos liderados por mulheres indígenas no continente. À luz de perspectivas decoloniais, que buscam descolonizar epistemologias e práticas, esta revisão de literatura visa explorar o discurso científico acerca dos desafios enfrentados por essas mulheres.

Ao incorporar as contribuições teóricas da filósofa María Lugones, situo as análises no contexto das intersecções entre gênero, raça e colonialidade. Essa perspectiva oferece um olhar distinto para compreender as dinâmicas de poder que permeiam as vidas das mulheres indígenas e suas lutas para reivindicar e transformar seu eu e seu lugar no mundo.

Esta revisão toma por base textos que exploram marcos históricos, estratégias de luta e impactos políticos dos movimentos aqui em evidência. A análise destes escritos me proporcionou um mergulho em narrativas que tentam relatar os desafios de mulheres que são indígenas e indígenas que são mulheres, ao mesmo tempo que mostram o papel fundamental que elas desempenham na promoção da diversidade cultural, igualdade de gênero e na resistência contra as estruturas coloniais de poder, em resumo: na construção de outros mundos possíveis (KRENAK, 2019).

2 METODOLOGIA

Baseio a construção metodológica em uma revisão bibliográfica dos artigos mais citados pela plataforma Google Acadêmico, uma ferramenta gratuita do Google que permite pesquisar literatura acadêmica, incluindo artigos, teses, livros, resumos e pareceres jurídicos. Utilizei como critério um filtro que considerou tanto o número de citações que os artigos receberam quanto o número de vezes em que foram baixados. Penso que a quantidade de citações pode indicar a relevância e o impacto de um artigo dentro da comunidade acadêmica e que a contagem de downloads reflete uma demanda por informações específicas percebidas pelo público em geral.

Ao conduzir minha pesquisa, selecionei 9 (nove) dos artigos mais citados e empreguei o software de análise de conteúdo ChatPDF para destacar as ideias centrais convergentes

presentes nesses textos. Essa ferramenta facilitou a organização, categorização e análise dos dados qualitativos, permitindo-me identificar e explorar quatro teses fundamentais que emergiram no discurso acadêmico sobre os movimentos sociais das mulheres indígenas na América Latina.

Para o exame destas teses, utilizei a proposta epistemológica decolonial de María Lugones, filósofa argentina, que destaca a perspectiva interseccional em suas análises. Em seus escritos, Lugones aborda o sistema moderno/colonial, vinculado à estrutura epistêmica e cultural do capitalismo. Sua crítica concentra-se na rejeição da separação rígida entre as categorias de raça, classe, sexualidade e gênero, destacando a interrelação desses elementos nas sociedades colonizadas. Essa interrelação se reflete em sistemas complexos de opressão e nas práticas de resistência contra as relações de poder.

A troca de ideias entre as teses dos artigos e os conceitos de María Lugones foi muito útil para ampliar e aprofundar minha compreensão sobre as diversas nuances presentes nas lutas das mulheres indígenas na América Latina. Ao submeter as teses específicas dos artigos aos fundamentos conceituais de Lugones, pude identificar as interseções entre gênero, raça e colonialidade na produção acadêmica recente, assim como a persistente invisibilidade das vozes de mulheres indígenas nas pesquisas que possuem por “objeto” suas trajetórias.

3 ESTUDOS E PERSPECTIVAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES INDÍGENAS À LUZ DE MARÍA LUGONES

Neste segmento apresento os artigos selecionados que constituem o escopo desta revisão bibliográfica. Cada artigo contribui de maneira particular na compreensão dos movimentos sociais de mulheres indígenas na América Latina, abordando e analisando os desafios corriqueiramente enfrentado por essas mulheres e que as fazem se organizar e ir a luta.

A análise destes artigos é guiada pela decolonialidade proposta por Lugones, buscando identificar confluências e divergências nas pesquisas aqui em amostra. Num primeiro momento, opto por analisar artigo por artigo, explorando suas contribuições individuais acerca das experiências de mulheres indígenas e suas ações nos movimentos sociais e em seguida, destaco as teses centrais encontradas nas produções e conduzo-as em uma análise mais crítica.

3.1 Exploração analítica: contribuições individuais sobre as experiências das mulheres indígenas nos movimentos sociais latino-americanos

Os movimentos de mulheres indígenas têm desempenhado um papel fundamental na transformação social, cultural e política na América Latina, e a produção acadêmica sobre esse tema tem sido crescente. Nesse contexto, separei 9 (nove) artigos que têm abordado o protagonismo e as lutas das mulheres indígenas, destacando suas contribuições para os movimentos sociais e para a ressignificação das identidades étnicas e de gênero. Analiso as perspectivas teóricas presentes nesses artigos considerando suas contribuições e possíveis limitações frente a uma abordagem decolonial.

O artigo *Participação política de mulheres indígenas no Equador: da Revolução cidadã à pandemia de Covid-19* (2020) de Ana Luísa Melo Ferreira aborda o protagonismo e a luta das mulheres indígenas equatorianas na esfera política, destacando sua contribuição para a transformação social, cultural e política. A autora analisa a atuação dessas mulheres em momentos cruciais da história do Equador, como a participação na Constituinte de 2008, o levantamento indígena de 2019 e a luta contra a pandemia de COVID-19 em 2020. O texto ressalta a presença das mulheres indígenas na arena política, reconfigurando as identidades étnicas e de gênero. Além disso a autora destaca a ressignificação da nação equatoriana pelo movimento indígena, passando de uma luta setorial centrada nas reivindicações indígenas para uma luta nacional, definindo um projeto de nação sintetizado no Estado Plurinacional equatoriano.

O artigo *Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero* (2021) foi escrito por Jaqueline Reginaldo de Almeida, Rosangela Angeli e Osmar Veronese. As autoras apresentam uma reflexão sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil, com foco na luta contra violência de gênero e na busca pelo reconhecimento de direitos fundamentais. São discutidas as estratégias de lutas dessas mulheres, que incluem a articulação e o fortalecimento de políticas públicas específicas para atender a demanda das indígenas e a mudança de percepção da sociedade em relação às mulheres pertencentes aos povos originários. O artigo aponta para desafios como a falta de reconhecimento de suas identidades, discriminação étnica e dificuldades econômicas por parte das mulheres.

Em *Mulheres indígenas e participação política: emergência étnica feminina em um contexto de expropriação territorial* (2017) de Rosely A. Stefanese Pacheco, discute-se a participação crescente das mulheres indígenas em movimentos sociais políticos, destacando suas estratégias de lutas e desafios. A autora destaca que os povos indígenas vem assumindo grande força política nas últimas décadas na América Latina, e as mulheres indígenas têm se tornado cada vez mais visíveis, participando de encontros, fóruns, oficinas e conferências nacionais e internacionais. Rosely evidencia a participação das mulheres em espaços que outrora em considerados masculinos. Ela elege as mulheres Guarani e Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul como exemplo de luta e resistência. A luta das mulheres indígenas, na visão da autora, impacta as percepções e práticas da sociedade em geral não só sobre a pauta indígena, mas também sobre a pauta de gênero.

O artigo ***Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero*** (2010) de Alejandra Aguilar Pinto, aborda a luta das mulheres indígenas por seus direitos e pela igualdade de gênero. O texto destaca a tripla discriminação que as indígenas sofrem devido à sua raça/etnia, gênero e condição geral de pobreza. A pesquisa discute “identidade étnica feminina insurgente” e a inclusão desta categoria para criar políticas culturais em rede, que ganhem capilaridade no continente americano.

Em ***Mulheres indígenas na liderança: concepções de gênero nas relações de poder no movimento social indígena* (2017)**, de Joana Brandão Tavares, a autora observa que as mulheres indígenas enfrentam como desafios a falta de demarcação de terras, “antagonismo sexual” devido ao “patriarcado ancestral”², violência doméstica disseminada nas aldeias e discriminação por parte das lideranças masculinas.

Para lidar com tais desafios, as estratégias de luta das mulheres indígenas incluem a atuação pela garantia dos direitos das mulheres dentro de suas comunidades, participação ativa no processo de autoidentificação, desenvolvimento de uma agência política em suas comunidades e intervenção no devir político, social e cultural de seus povos.

O artigo intitulado ***Protagonismo Feminino Nos Movimentos Indígenas No Brasil*** (2021) é de autoria de Joselaine Raquel da Silva. A pesquisa enfatiza que nos últimos anos tem crescido

² Tavares (2027) sugere que as mulheres indígenas enfrentam desafios relacionados à opressão de gênero enraizada em estruturas patriarcais historicamente presentes em suas comunidades. O termo "antagonismo sexual" pode ser interpretado como a existência de relações de poder desiguais entre os gêneros, resultando em formas de discriminação, violência e restrições impostas às mulheres dentro das dinâmicas indígenas

a visibilidade da luta das mulheres indígenas no Brasil, assim como o protagonismo dessas lideranças femininas dentro dos movimentos sociais em geral.

O escrito sintetiza informações sobre o fenômeno do crescimento do protagonismo feminino no movimento indígena, por meio de exemplos coletivos, lideranças e marchas de mulheres indígenas nas últimas décadas. O intuito é compreender as posições que essas mulheres ocupam, suas perspectivas, demandas e reivindicações, além de refletir sobre a presença feminina nesses espaços como ato de resistência e revolução.

Entre os debates em destaque no texto como demandas das mulheres indígenas estão as questões referentes à participação política, garantia de direitos das mulheres, saúde indígena, direito à terra e valorização dos conhecimentos tradicionais.

O artigo intitulado ***Procesos de organización política de las mujeres indígenas en el movimiento amplio de mujeres en Argentina: consideraciones sobre el feminismo desde la perspectiva indígena*** (2014) é de autoria de María Silvana Sciortino. A autora aborda a participação e organização política das mulheres indígenas no contexto do movimento amplo de mulheres na Argentina. O estudo destaca a diversidade de trajetórias políticas e sociais das mulheres indígenas que participam dos Encuentros Nacionales de Mujeres (ENM), ressaltando a pluralidade de pertencimentos políticos, trajetórias de organização, agendas e identidades reivindicadas.

O artigo também discute a interseccionalidade das identidades das mulheres indígenas, considerando aspectos étnicos, de gênero e de pertencimento a movimentos feministas. Além disso, a autora analisa as relações entre as mulheres indígenas e o movimento feminista, destacando a complexidade das conexões e as diferentes perspectivas em relação ao feminismo.

O texto ressalta a importância de compreender as múltiplas trajetórias de reivindicação da diferença, desafiando o etnocentrismo e o androcentrismo presentes nos movimentos sociais e na sociedade em geral.

O artigo ***Mulheres indígenas em movimentos sociais: novas práticas e desafios a partir da experiência das mulheres indígenas zapatistas*** (2012) é de autoria de Priscila da Silva Nascimento que discute as experiências das mulheres indígenas no movimento zapatista, destacando suas práticas, desafios e conquistas. Ela aborda a forma como as mulheres indígenas reinterpretem seus códigos culturais, negociando sua situação em diferentes contextos e buscando mudanças enquanto preservam sua identidade. Além disso, o texto

analisa a participação das mulheres no movimento zapatista e a forma como isso influencia a percepção da mulher indígena.

O último artigo analisado é ***Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política*** (2019) é de autoria de Juliana Cabral de Oliveira Dutra e Claudia Mayorga. As autoras abordam a emergência do sujeito político das mulheres indígenas no cenário macropolítico do Brasil e suas possíveis aproximações com pautas feministas, especialmente o feminismo “pós-colonial”.

A pesquisa propõe reflexões sobre as intersecções entre raça/etnia e gênero, dialogando com discursos de diferentes lideranças indígenas que ocupam posição de destaque no movimento indígena e em espaços políticos.

As autoras ressaltam a importância de atentar para as múltiplas narrativas das mulheres indígenas, que provocam tensões em campos de disputa política por direitos e visibilidade, assim como em campos teóricos da antropologia e do feminismo.

Em síntese, a análise das perspectivas teóricas nos artigos sobre os movimentos de mulheres indígenas destaca a importância das visões e saberes indígenas e a promoção de alianças interculturais e solidariedade. De certo modo, já é notável visões "lugonistas" e outras abordagens críticas que valorizam epistemologias e experiências decoloniais e interseccionais, que serão mais bem exploradas no item que segue.

3.2 Perspectivas “lugonistas” na análise da produção acadêmica sobre os Movimentos de Mulheres Indígenas na América Latina

A análise dos movimentos sociais encabeçados por mulheres indígenas na América Latina, conforme aborda os artigos, evidencia lutas em busca do respeito à diversidade cultural, igualdade de gênero e reconhecimento de direitos territoriais. Esses esforços têm gerado transformações graduais, refletidas na formulação de políticas públicas específicas e na mudança de percepção da sociedade em relação a como representam as mulheres indígenas.

Os artigos exploram as intersecções entre raça/etnia e gênero, apontando para quatro teses ou tendências centrais no discurso produzido e acessado sobre mulheres indígenas e sua mobilização no mundo.

Para as autoras:

- 1) Há o crescimento do protagonismo feminismo nos movimentos sociais indígenas. Elas destacam o aumento da visibilidade da luta das mulheres indígenas no continente, assim como o protagonismo dessas lideranças femininas dentro dos movimentos sociais em geral.
- 2) É destacada a diversidade de trajetórias políticas e sociais de mulheres indígenas, ressaltando a pluralidade de pertencas políticas, trajetórias de organização, agendas e identidades reivindicadas pelas mulheres indígenas que participam dos movimentos sociais.
- 3) As autoras propõem reflexões sobre intersecções ente raça, etnia e gênero, dialogando com discursos de diferentes movimentos feministas.
- 4) As autoras analisam as relações entre as mulheres indígenas e o movimento feminista, destacando a complexidade das conexões e as diferentes perspectivas em relação ao feminismo.

Considerando estas teses, trago agora algumas reflexões sobre o que tem sido pesquisado, afirmado e lido sobre as formas de organização das mulheres indígenas no continente sul-americano a partir da teoria de María Lugones. Como base para essa proposição utilizo os textos: *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions* (2003); *Rumo a um feminismo decolonial* (2019) e *O Feminismo Decolonial de María Lugones: colonialidade, gênero e Interseccionalidade* (2023).

A proposta epistemológica decolonial da filósofa argentina María Lugones é fundamentada em referenciais teóricos que destacam a perspectiva interseccional em suas análises. Em seus escritos, Lugones desenvolve a ideia de que o sistema moderno/colonial está ligado à estrutura epistêmica e cultural do capitalismo. Sua crítica se volta contra a separação rígida entre as categorias raça, classe, sexualidade e gênero, buscando evidenciar a relação desses elementos no cotidiano de sociedades colonizadas. Tal relação, para a pensadora, se manifesta em sistemas complexos de opressão, assim como nas práticas de resistência às relações de poder.

No desenvolvimento de sua teoria sobre a “colonialidade de gênero”, Lugones argumenta que há uma complexa interação de sistemas econômicos, e raciais e de gênero, na qual toda pessoa no encontro colonial pode ser subalternizada. Ela propõe o conceito de

"colonialidade dos gêneros" para entender como a imposição colonial baseada nesta categoria atravessa questões ecológicas, econômicas, governamentais, relações com o mundo dos espíritos, o conhecimento, bem como as práticas diárias que nos ensinam ou a cuidar do mundo ou a destruí-lo.

Lugones enfatiza que esta é uma forma de opressão que desmonta o salto subjetivo-intersubjetivo da agência das mulheres colonizadas e propõe o conceito de "Eu relacional" como uma resposta à colonialidade dos gêneros na diferença colonial. Ela ressalta a importância de manter a multiplicidade na ponta da redução e de pensar em coalizões que levem em consideração a lógica da decolonialidade e da coalizão das feministas de cor. A autora defende a necessidade de abandonar o encantamento com o "universal" e começar a aprender sobre outros e outras que também resistem à diferença colônia, entendendo os sujeitos e sua subjetividade ativa, enfatizada à medida que buscamos o "*lócus fraturado*" na resistência contra a colonialidade do gênero. É neste lócus que está o ponto de partida da coalizão.

Ela propõe, assim, o "feminismo decolonial" como uma práxis que transforma uma crítica da opressão de gênero em uma mudança viva da sociedade, colocando o teórico no meio das pessoas em um entendimento histórico, humano e subjetivo/intersubjetivo da relação entre oprimir e resistir.

A mera distinção entre raça, classe, gênero e sexualidade como categorias isoladas, para a autora, não faz avançar a luta, ao contrário, contribui para a invisibilidade das "mulheres de cor" e de grupos subalternizados. Essas categorias não se encaixam nos padrões morais, étnico-raciais e sociais da humanidade estabelecidos pelo sistema moderno/colonial. A centralização do debate de racialização dos estudos decoloniais muitas vezes só resulta na invisibilização da discussão de gênero, à exemplo do que acontece com as mulheres indígenas e muito bem retratado nas pesquisas feitas sobre o tema, como vemos adiante.

À luz dos conceitos de María Lugones, o crescimento do protagonismo feminino nos movimentos indígenas reflete uma resistência ativa às relações de poder impostas pelo sistema moderno/colonial. O aumento da visibilidade e liderança das mulheres indígenas na América Latina pode ser interpretado como um movimento em direção à coalizão, à medida em que essas mulheres se unem para desafiar não apenas as opressões de gênero, mas também as complexas interseções de raça, classe e sexualidade.

Lugones destaca a importância de ressignificar histórias de resistência e valorizar práticas culturais e modos de ser que persistem como formas de resposta à colonialidade. Nesse

contexto o protagonismo feminino indígena representa uma manifestação contemporânea dessas coalizações e resistências, incorporando a ética de coalização em processo que reconhece a densidade das experiências individuais e comunitárias.

Essas lideranças indígenas não apenas desafiam as estruturas coloniais de poder, mas contribuem para construção de sociedades alternativas, baseadas em formas criativas de habitar a diferença colonial.

Considerando ainda os conceitos da autora, a diversidade de trajetórias políticas e sociais das mulheres indígenas nos movimentos sociais reflete a resistência contra a homogeneização e objetificação de suas identidades. Lugones argumenta que as categorias coloniais frequentemente impõem uma visão dicotômica e hierárquica do mundo, classificando as pessoas com base em identidades raciais e culturais pré-definidas.

A pluralidade de pertencas políticas e identidades reivindicadas pelas mulheres indígenas representa uma contestação a essa lógica colonial, destacando a complexidade de suas experiências e o direito de afirmarem suas próprias narrativas.

María Lugones, ao enfatizar a importância de reconhecer as histórias de resistência e as práticas culturais como formas de conhecimento, proporciona um ponto importante para analisar como as mulheres indígenas engajadas em diferentes trajetórias estão desafiando as estruturas de poder. A diversidade de agendas e organizações adotadas por essas mulheres envolve o reconhecimento mútuo das diferenças, respeitando as diversas formas de agência política e os múltiplos modos de resistência.

Sobre as intersecções entre raça, gênero e etnia, proposta pelas autoras ao analisarem as mulheres indígenas nos movimentos sociais, encontro morada nas reflexões de Lugones ainda na colonialidade do poder, tendo em vista que a filósofa argumenta que as próprias relações de poder são interseccionadas, especialmente quando se trata das vivências de mulheres não brancas em contextos coloniais. Para ela, há de se reconhecer as intersecções em uma perspectiva crítica que desafie as visões binárias presentes nas estruturas coloniais. A circulação do poder está para além do nível do corpo, está no trabalho, na lei, na imposição de impostos e no aparecimento de desapropriações de propriedade e terras, e em como essa lógica se infiltra em todos os aspectos da vida.

No contexto das mulheres indígenas, a interseccionalidade ganha destaque na medida em que suas lutas não podem ser dissociadas das especificidades culturais e históricas de suas comunidades. A resistência contra as opressões se entrelaça na preservação de suas

identidades étnicas, pondo em xeque o colonialismo, o patriarcado e o etnocentrismo. As mulheres indígenas, ao assumirem papéis de liderança nos movimentos sociais, estão contribuindo para a desconstrução de hierarquias baseadas em raça/etnia, gênero e classe, dentro e fora de suas comunidades.

Por último, reflito que a complexidade das conexões entre as mulheres indígenas e o movimento feminista, conforme colocado pelas autoras, remete a abordagem de Lugones mais uma vez considerando coalizações e resistências nas lutas contra as múltiplas opressões. A resistência à colonialidade dos gêneros só é possível por meio do entendimento de um mundo e de uma vivência compartilhada. Lugones argumenta que as comunidades, e não os indivíduos isolados, possibilitam a resistência, e que as pessoas produzem junto de outras, nunca em isolamento. Torna-se assim, fundamental, compreender as relações intersubjetivas e a agência coletiva na resistência à opressão sistêmica.

As mulheres indígenas estão inseridas nessas relações de maneira intrincada e profunda. Elas enfrentam a interseção da opressão de gênero com a opressão racial e a marginalização de suas cosmovisões e práticas culturais. Muitas vezes encontram-se em uma encruzilhada, negociando suas identidades para fazer parte autodeclarado movimento feminista, ou seja, o feminismo branco.

Posto isso, para pensar e pesquisar de forma descolonizada a relação entre mulheres indígenas e feminismo, sob uma visão “lugonista”, é preciso entender as vivências destas mulheres em seus próprios termos, levando em consideração suas experiências de resistência à diferença colonial e suas formas específicas de coalizão e agência

4 CONCLUSÃO

À luz das reflexões de María Lugones, as teses apresentadas na revisão de literatura sobre as experiências das mulheres indígenas nos movimentos sociais latino-americanos nos servem para pensar as relações de poder, identidades e resistências a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial. É possível interpretar essas vivências a partir das imbricadas relações entre raça/etnia, gênero, sexualidade, classe e as opressões vivenciadas por estes segmentos.

Lugones nos leva assim a matutar sobre as múltiplas formas de resistência às múltiplas formas de opressões, reconhecendo a complexidade da ou das identidades do que é ser mulher

indígena em um continente tomado pelo imperialismo capitalista a partir de sua perversa estratégia: o colonialismo.

Os artigos apresentam pontos substanciais ao abordar os movimentos sociais liderados por mulheres indígenas na América do Sul, principalmente ao nos fazer meditar sobre as conexões fluídas entre ser mulher, ser indígena e ser feminista. O feminismo representa ou oferece um lugar para as lutas e resistências das mulheres indígenas?

Frente a uma forma de pensar lugonista, talvez a resposta seja um outro “talvez”. A própria revisão de literatura - que abarca artigos mais citados e baixados e que, por isso mesmo contribuem na construção dos espelhamentos acadêmicos sobre a temática – mostra que existem fragilidades em relação a profundidade da análise das estruturas coloniais e uma destas é não incorporação das vozes e perspectivas das próprias mulheres indígenas.

Uma abordagem decolonial, como percebo na própria Lugones, enfatiza a importância não apenas de pensar sobre, mas desafiar as estruturas de poder de forma ativa e reconhecer as epistemologias e experiências das outras mulheres como centrais na compreensão de lutas e resistências.

Portanto, ao ler os artigos e tentar estabelecer relações entre as teses ali contidas e premissas de María Lugones, penso que uma abordagem que se propõe decolonial deve ser metodologicamente aplicada tendo como pano de fundo a desnaturalização das hierarquias coloniais, a valorização de outras cosmovisões e categorias, e a promoção de diálogos a partir do lócus fraturado comum, lugar onde aprendemos umas sobre as outras para resistir às múltiplas opressões.

REFERÊNCIAS

AGUILAR PINTO, Alejandra. REINVENTANDO O FEMINISMO :AS MULHERES INDÍGENAS E SUAS DEMANDAS DE GÊNERO. Religación. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, v. 2, n. 8, p. 101-114, dez. 2017. <https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources.pdf> . Acesso em: 18 jan. 2024.

CARVALHO, Guilherme Paiva de; SILVA, Eliane Anselmo. **O Feminismo Decolonial de María Lugones**: colonialidade, gênero e Interseccionalidade. Revista TOMO, v. 42, e17757, 2023. Disponível em: 1. Acesso em: 19 jan. 2024.

ChatGPT. Disponível em: <https://chatgpt.com.br/chatpdf-converse-com-seus-arquivos-pdf/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FERREIRA, Ana Luísa Melo. **Participação política de mulheres indígenas no Equador**: da Revolução cidadã à pandemia de Covid-19. Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies, São Paulo, v. 23, n. 56, p. 1-20, 2020. (PDF) Participação política de mulheres indígenas no Equador: da Revolução cidadã à pandemia de Covid-19 (researchgate.net). Acesso em: 18 jan. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, Maria. "Rumo a um feminismo decolonial". In HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

LUGONES, Maria. Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions. Lanham, Md., Rowman & Littlefield, 2003.

NASCIMENTO, Priscila da Silva. **Mulheres indígenas em movimentos sociais**: novas práticas e desafios a partir da experiência das mulheres indígenas zapatistas. In: 3º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2012, Belém. Anais do 3º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia. Belém: UFPA, 2012. p. 1-20. 1548856707_bbf14ab44d7ea8fe9ea53f77ed2ee04a.pdf (anpuh.org.br) . Acesso em: 18 jan. 2024.

REGINALDO DE ALMEIDA, J.; ANGELIN, R.; VERONESE, O. **Identidade, diferença e reconhecimento**: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero. Revista Direito Práx. (São Paulo), v. 14, n. 2, p. 1-20, 2023. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/58177> . Acesso em: 18 jan. 2024.

SCIORTINO, María Silvana. **Procesos de organización política de las mujeres indígenas en el movimiento amplio de mujeres en Argentina**: consideraciones sobre el feminismo desde la perspectiva indígena. Universitas Humanística, v. 78, n. 78, p. 101-114, 2014. Procesos de organización política de las mujeres indígenas en el movimiento amplio de mujeres en Argentina: consideraciones sobre el feminismo desde la perspectiva indígena (conicet.gov.ar) . Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, J. R. **Protagonismo feminino nos movimentos indígenas no Brasil**. Espirales - revista para a integração da América Latina e Caribe, v. 1, n. 1, p. 97-114, 2021. <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2682> . Acesso em: 18 jan. 2024.

STEFANESE PACHECO, Rosely A. **Mulheres indígenas e participação política**: emergência étnica feminina em um contexto de expropriação territorial. Religación. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, v. 2, n. 8, p. 101-114, dez. 2017. <https://core.ac.uk/download/pdf/305104358.pdf> Acesso em: 18 jan. 2024.

TAVARES, Joana Brandão. **Mulheres Indígenas na Liderança**: Concepções de Gênero e Relações Sociais de Poder no Movimento Social Indígena. Disponível em: https://wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499484587_ARQUIVO_JoanaBrandao.MulheresIndigenas.pdf . Acesso em: 18 jan. 2024.